



GOVERNO DE PERNAMBUCO
Secretaria de
Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Data: 01/03/2023

Horário: 14:00 horas

Local: Híbrida (Edifício Palmeira e Google Meet)

PRESENTES

PRESIDENTE – Lucas Lira Gomes

ARTJOVEM – Brenno C. Gomes de Almeida

AMOTRANS – Maria Daniela M. Motta

CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino

COMLESBI – Rivânia Rodrigues da Silva

GAYMADO – Glauber dos Santos Stringlini

GTP+ – Gleydson Vicente Coutinho

MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marcone C. Menezes

NATRAPE – Caia Maria de Araújo

REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maiakovski M. de Lima

REDE SAPATÁ – Adriana Gomes

RENFA – Emanuelle Marques

COORDENADORIA LGBTQIA+/PE/SDSCJPV – Léo Lins da Silva

COORDENADORIA LGBTQIA+/SDSCJPV – Alexsandro Cavalcanti Félix de Sousa

SECULT – Yolanda Corrêa

SEC. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – Joana de Farias Melo

SEC. DE DEFESA SOCIAL – Jeanne de Aguiar P. De Souza

SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Morais

SEC. DE SAÚDE – Ramos Oliveira

SEPLAG – Ryan Paulo da Silveira Amorim

SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

CONVIDADOS(AS)

Secretária Executiva de Promoção à Equidade Social – Sra. Patrícia Caetano

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

NÃO JUSTIFICARAM

PAUTA

- Aprovação das atas 46^a, 48^a, 49^a e 50^a das reuniões ordinárias;
- Apresentação da Secretária Executiva de Promoção à Equidade Social, Sra. Patrícia Caetano;
- Casos de violências contra a População LGBT nos Municípios de Flores e Belém de São Francisco;
- Posicionamento do CEDPLGBT-PE referente ao fechamento da casa de redução de danos no Carnaval Olinda e a matéria *LGBTfóbica* de promiscuidade Gay em Olinda;
- Informes gerais.

DESENVOLVIMENTO

A 13ª Reunião extraordinária do pleno teve início por volta das 14h20m, na sala na da Presidência do CONED, no Empresarial Palmeira, onde o Presidente Lucas Lira dá início saudando a todos(as/es) presentes e fazendo a leitura do primeiro ponto de pauta referente a aprovação das atas 46ª, 48ª, 49ª e 50ª. Assim, a Secretária Executiva, Íris de Fátima justifica que não foi possível concluir a ata 49ª em tempo hábil para essa reunião e que as demais foram enviadas a todos(as/es) conselheiros(as/es) por e-mail para apuração. Dessa forma, o Presidente dá seguimento a leitura da pauta já convocando o pleno para aprovação das atas 46ª, 48ª e 50ª e questiona se o pleno tem alguma observação referente ao texto das atas e/ou algo que desejam subtrair/acrescentar.

Ryan Amorim, conselheiro que representa a SEPLAG, se inscreve para explicar que no período que as reuniões supracitadas ocorreram quem as assistiu foi seu suplente, logo, ele se abstém da aprovação.

O presidente novamente questiona se mais alguém tem objeções quanto às atas e elas são aprovadas pelos presentes, com a abstenção da SEPLAG. Lucas se desculpa por já ter dado início a pauta e pede que todos(as/es) se apresentem, uma vez que a convidada Patrícia Caetano está participando dessa reunião para conhecer o conselho. Na sequência ele se apresenta, enquanto representante do Fórum Estadual LGBT de Pernambuco, Yolanda Corrêa (SECULT); Rivânia Rodrigues (CONLESBI); Glauber Stringlini (GAYMADO); Patrícia Caetano (Secretária Executiva de Promoção à Equidade Social); Íris de Fátima (Sec. executiva do CEDPLGBT); Alessandro Cavalcanti (Coordenadoria LGBT/PE); Ryan Amorim (SEPLAG); Jeanne Aguiar (SDS); Hewrya Maiakovski (Rede LGBT do Interior de Pernambuco); Ramos Oliveira (SES); Maria Luiza de Aquino (CANDACES) – a conselheira aproveita seu momento de apresentação para pontuar que já fazem 40m que o pleno está tentando se apresentar, considerando o horário que a reunião deveria ter começado, Maria Luiza destaca a importância de ter garantida as reuniões presenciais, pois no formato híbrido, com os tipos de equipamentos que o conselho é submetido, ela afirma que é cada dia mais inviável por todo o desgaste desnecessário de tempo e energia. Prosseguindo as apresentações, temos: Brenno Gomes (ARTJOVEM); Marcone Costa (Movimento LGBT Leões do Norte); Emanuelle Marques (RENFA); Gleydson Vicente (GTP+); Caia Maria (NATRAPE); Adriana Gomes (Rede Sapatá); Joana Melo (SEE); Roseane Moraes (SJDH); Léo Lins da Silva (téc. Coordenadoria LGBT/PE).

Após as apresentações, Lucas Lira passa a palavra para a nova Secretária de Promoção à Equidade Social, Sra. Patrícia Caetano para que ela apresente-se ao pleno.

A Sra. Patrícia Caetano inicia sua fala desejando uma boa tarde a todos(as/es) e diz que esse foi um dos momentos que ela mais ansiava desde que assumiu o cargo, comenta que mesmo ocupando um espaço na discussão étnica-racial, é com a pauta LGBTQIA+ que ela é mais familiarizada devido a sua trajetória e a de todos(as/es) que a acompanham. Assim, ela diz que tinha conhecimento desse momento de reuniões do conselho e gostaria de nos conhecer, explica que nem em todos os momentos ela pôde estar junto da militância, que tem muitas pessoas que ela não reconhece e que não a reconhecem, já que ela passou muito tempo atuando em sala de aula e nos bastidores da militância em si, ela cita o exemplo da parada da diversidade onde esteve na organização por muitos anos, entre outras ações. Patrícia relata que está muito feliz em poder participar dessa reunião conosco, que esse é um dos momentos mais gratificantes desse cargo, que quando descobriu o quanto era difícil ocupar esse lugar foi que se enxergou mais forte, justamente por compreender que estar num cargo de liderança é a oportunidade de fazer algo de diferente. Dessa forma, Patrícia diz que independente do contexto político/ideológico, esse é o momento para a gente implementar o que queremos implementar há tanto tempo, que se ela (enquanto secretária executiva) está aqui hoje, é porque existiu um objetivo com essa representação e competência técnica. Ela explica que hoje veio para a reunião com a intenção de ouvir o pleno, que compreende a luta travada para o conselho conseguir uma audiência com a Governadora Raquel Lyra, entende que seria muito enriquecedor para o movimento e torce para que seja viabilizada a reunião, que ainda irá falar com Carolina Cabral para possibilitar essa audiência e que apesar de ter lido muita coisa, ter muito o que perguntar/dialogar com o conselho, hoje ela gostaria mais de ouvir. A Secretária Executiva explica que só poderá estar na reunião até às 15h30m, pois terá que cumprir uma outra agenda nesse horário, por isso, solicita ao pleno que as pautas que lhe cabem sejam adiantadas para que ela possa participar da discussão. Agradece a oportunidade e o convite, assim encerra.

Nesse momento, o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIA+ de Pernambuco, Lucas Lira, entrega para a Secretária Executiva de Promoção à Equidade Social, Patrícia Caetano, a Carta construída por este conselho destinada à Governadora de Pernambuco, Raquel Lyra.

Após a entrega, o presidente abre as inscrições para a fala dos demais conselheiros(as/es).

Hewrya Maiakovski é a primeira inscrita, inicia sua fala reforçando a fala da conselheira Maria Luiza de Aquino, sobre o problema das reuniões híbridas que não funcionam, destaca a perda de tempo que sempre ocorre devido a questões técnicas, seja antes da reunião começar, ou no seu decorrer. A conselheira reconhece a importância da reunião híbrida para as pessoas que não conseguem chegar ao local, tendo em vista o seu difícil acesso para quem não tem transporte, porém os problemas técnicos da reunião híbrida atrapalham o raciocínio das pessoas com todas as falhas na comunicação (por conta da internet; falta de equipamento adequado; etc.) e prejudica o andamento das discussões. Analisando a fala da Sec. Exc. Patrícia Caetano, a conselheira diz que vai ser bem difícil estabelecer diálogo com a gestão e se direciona a Patrícia pedindo visibilidade aos municípios do interior, com providências eficazes voltadas para a população LGBTQIA+, destaca os casos de violência físicas e institucionais continuamente trazidos a este conselho, que são inúmeras as denúncias acolhidas por associações da capital Recife e faz o recorte de Mulheres Trans e Travestis como público mais afetado.

Rivânia Rodrigues é a próxima inscrita, começa dizendo que sempre que a gestão é renovada, o conselho precisa iniciar as discussões praticamente do zero, mas que enxerga algo positivo nessa nova roupagem que tanto o Brasil, quanto o Estado de Pernambuco estão vivenciando. Nosso Estado hoje tem um governo totalmente novo e Rivânia faz destaque ao fato de serem duas mulheres ocupando os cargos de Governadora e Vice-Governadora, além de Pernambuco também ter eleito sua primeira Senadora. Ao mesmo tempo ela diz que precisamos estar atentos aos retrocessos, pois independente de sermos de algum partido político, ou instituição, a LGTBQIA+fobia institucional, estrutural e violenta em todas as suas formas, sempre estará presente. Por isso, a conselheira fala da importância de fortalecer os equipamentos que já existem e também criar novos, cita o exemplo da Secretaria Nacional LGBT, criada pelo Ministro de Direitos Humanos, Silvio Almeida, no governo do Presidente Lula e deseja que a equipe que o governo do estado está formando seja forte, preparada e que haja um harmonioso diálogo com o conselho. Cita os problemas enfrentados pelo movimento social com a gestão passada, lembra de como Pernambuco é referência nacional quando falamos sobre política LGBTQIA+, mas que infelizmente dentro do estado se encontra engessada. Rivânia reforça que espera que a governadora receba o conselho, que não conseguiu observar em seu plano de governo ações voltadas para a população

LGBTQIA+, então que essas ações possam ser construídas junto com o movimento através do diálogo, a conselheira comenta que esteve com a secretária no dia 14 de março, em reunião e não conseguiu observar nenhuma campanha em combate a LGBTfobia nesse carnaval, porém violência contra pessoas LGBT's não param de acontecer.

Glauber se inscreve, dá as boas vindas à nova secretária e diz que gostaria de endossar a fala de Rivânia, que na gestão passada a Coordenadora LGBTQIA+ estava engessada por mais de dois anos, relata sua passagem pela presidência e vice-presidência do conselho junto com outros colegas que representaram a sociedade civil. Refere-se a Patrícia dizendo que espera que a secretaria agora abrace o conselho de fato, relata que desde de um ano antes da pandemia acontecer que o conselho não dispõe de estrutura para realizar as reuniões presenciais com todos(as/es) conselheiros(as/es) presentes. Reforça a dificuldade da interiorização da política LGBT no estado, cita o descaso com a nomeação do novo(a) Coordenador(a) após mais de 60 dias de governo e o quanto isso trava o equipamento, cita os assassinatos que o conselho tem conhecimento e relembra que podem ser números maiores, pois ainda temos que lidar com a sub-notificação dos crimes. Glauber pede a Patrícia que cobre a governadora Raquel Lyra de providências a respeito dessa nomeação, pois estamos falando de vidas e elas devem ser prioridade para além de qualquer processo administrativo. Encerra sua fala repetindo que devemos seguir o regimento e garantir a participação de todos(as/es) conselheiros(as/es) nas reuniões presenciais, como versa o regimento.

Marcone Costa se inscreve, dá as boas vindas a Patrícia e deseja que ela consiga fazer um bom trabalho. Marcone relembra ainda ao pleno que a Secretaria Executiva é um espaço de articulação e mobilização, ou seja, que teremos muito trabalho pela frente e também endossa a fala da conselheira Rivânia sobre o fato de Pernambuco ser referência por ser pioneiro na política LGBTQIA+ do país e possuir uma quantidade considerável de equipamentos dessa política. O conselheiro faz o recorte de que nosso estado também é um dos mais violentos para a população LGBTQIA+, em especial para a comunidade trans/travesti. Por isso, Marcone deseja novamente boa sorte para a nova secretária e diz que espera que ela monte uma excelente equipe pensando na descentralização para fortalecer esse serviço. Ele explica que quando falamos da interiorização da política, não estamos nos referindo apenas em trazer algumas ações para a região, mas sim na garantia de que a população LGBTQIA+ do interior sintam-se

confortável em viver sua livre orientação sexual e identidade de gênero, também reforça que a secretaria executiva precisa dialogar com os movimentos sociais que não estão dentro do conselho e sugere um diálogo com o Conselho Estadual de Assistência Social, que tanto tem experiência com reuniões online quanto presenciais garantindo a vinda de todos(as/es) os conselheiros(as/es) com orçamento público, para fortalecer as estratégias que o CEDPLGBT precisa ter. Marcone comenta que o Movimento Leões do Norte, do qual ele é membro, é referência nacional e dentro de Pernambuco desempenha um trabalho através de um aplicativo de denúncia encaminhando para os centros municipais e/ou para o centro estadual, a depender de onde veio a denúncia, por compreender que esta precisa seguir um fluxo, já que as ouvidorias não estão prontas para receber essas demandas e infelizmente alguns gestores também não estão, aproveita e reforça também a importância da formação permanente para essa nova equipe técnica. Deixa como proposta fazer o mapeamento de que serviço e que estrutura a política LGBTQIA+ tem em Pernambuco, para assim poder refletir sobre como essa secretaria executiva vai fortalecer esses equipamentos e encerra parabenizando a secretária executiva, Íris de Fátima, pelo seu empenho para com o conselho, que tem o segurador a duras penas.

Maria Luiza de Aquino está inscrita, inicia sua fala dizendo que a conselheira Rivânia foi feliz na sua fala e a contemplou bastante, que sente cansaço de sempre retomar as discussões do zero e de pensar que o conselho não tem muito o que fazer quanto a isso, comenta que as discussões da última Conferência Nacional, ocorrida em 2016, ainda nem foram contempladas e já seria um grande avanço se fosse possível implementar 30% de tudo que foi construído nessa conferência. Maria Luiza cumprimenta Patrícia, desejando-lhe boas vindas e relata que esse é um espaço de diálogo, que na última gestão o conselho viveu um momento de muita maquiagem na política LGBTQIA+, onde o conselho era tratado de forma figurativa. A conselheira ressalta que o conselho passou oito anos conversando apenas com a ex-vice governadora e dessa vez ela diz que é importante a atual Governadora, Raquel Lyra, receber esse conselho e demonstrar o quanto está comprometida com a pauta, ou o quanto não está.

O Presidente, Lucas Lira, se coloca como contemplado através das falas de seus companheiros e diz que já houve um primeiro contato com a Sec. Patrícia Caetano, na companhia de alguns representantes desse e de outros conselhos numa reunião. Nesse momento, ele relata que gostaria de fazer algumas provocações, que já foram citadas,

mas ele reforça, sendo elas: a definição da coordenadoria e sua equipe; a questão orçamentária para as políticas LGBTQIA+ em todo o estado, como é possível destravá-lo?; a reestruturação da equipe técnica do conselho; a estrutura física do próprio conselho para realização das reuniões e todo o aparato necessário para o seu funcionamento; a realização do planejamento do conselho que foi discutido e aprovado por esse pleno, entre outras minúcias que Lucas relata ser extremamente desgastante viver andando em círculos, comenta que todas essas provocações que ele fez já foram debatidas pelo pleno diversas vezes e não conseguem evoluir na prática devido a inoperância do governo passado, com relação a pauta LGBTQIA+. Por isso, ele comenta da expectativa dessa nova gestão poder sanar minimamente essas pendências que são mais urgentes. Lucas deseja boas vindas à nova secretária e diz que o conselho cobra por ações, mas é compreensível que dois meses não são capazes de resolver oito anos da gestão passada, porém já é possível visualizar qual a disposição dessa nova gestão em sentar e dialogar. O presidente convoca formalmente uma reunião administrativa do conselho com a secretaria, onde a executiva do conselho se reunirá com a executiva da secretaria para debater as questões documentais do conselho e analisar onde estamos com os processos administrativos, bem como as prioridades, aqui o conselheiro cita as conferências, cita o planejamento e volta a tocar no assunto do orçamento que existe para as políticas LGBTQIA+, lembra que o único valor executado dessa temática foi a licitação para realização do Projeto +Cidadania LGBT e que não chegou para o conselho nenhuma informação sobre sua execução e/ou como ele está até então.

Caia Maria é a próxima inscrita, inicia sua contribuição dizendo que a primeira coisa para se pontuar numa reunião com o governo de Pernambuco é que esse governo tem uma dívida histórica a ser paga para a população LGBT, no passado ocorreu uma perseguição sistemática em relação a circulação de pessoas trans em todo o estado. Crimes como estupro, tortura e assassinatos de pessoas da comunidade foram esquecidos ao longo dos anos, a conselheira cita ainda o silêncio histórico que tem sido perpetuado até a atualidade. Além disso, Caia traz para a discussão o questionamento onde e por quê essa conta não fecha? Já que Pernambuco é referência nacional pela quantidade de equipamentos relativos a temática LGBTQIA+, mas esses aparelhos estão sempre sendo sucateados por falta de orçamento, o que repercute para esse ser também referência na violência para com a população trans, como um dos campeões em

trans-feminicídios, entre outras violências contra a comunidade LGBTQIA+. Caia diz que é necessário o conselho e o estado agirem sobre isso, subscreve a fala da conselheira Rivânia sobre a importância de consultar os anais das conferências passadas nacionais e estaduais para poder começar a organizar as que ocorrerão esse ano, que também é necessário começar a discussão em torno do Planos Estadual de Educação que será votado em 2024, faz a ressalva que quando este foi aprovado em 2014 não foi feita nenhuma menção a gênero/sexualidade e que isso não impediu os profissionais em educação de resistirem dentro da esfera pedagógica. A conselheira cita o espaço educativo como uma arma na luta contra a transfobia e cita que um dos maiores desafios dessa gestão será a aprovação do plano estadual da educação, pois sua última edição tinha diversas lacunas, como ela citou anteriormente. Caia cita a formulação de uma carta construída pelos movimentos trans e LGBTQIA+ de Pernambuco que, após um ano de tentativas, foi entregue a vice-governadora da época, Luciana Santos, além de ter sido publicada no Plano Estadual de Promoção aos Direitos da População LGBTQIA+ de Pernambuco (2021-2023), explica que é importante desenvolver um diálogo em torno dessa carta, pois o que houve na época da entrega foi meramente uma escuta sem respostas consistentes.

Emanuelle Marques é a próxima inscrita e começa parabenizando Patrícia Caetano pela sua posse enquanto secretária, comenta que gostaria que ela pudesse ter sido empossada antes para que fosse possível desenvolver alguma ação dentro do mês da Visibilidade Trans e Travesti, bem como teria sido possível estabelecer ações diretas no carnaval. A conselheira reforça a lacuna na coordenação LGBTQIA+ do Estado e comenta o trecho da fala de Marcone referente ao mapeamento dos equipamentos que o Estado dispõe para a população LGBTQIA+, que a RENFA (instituição que Emanuelle representa neste conselho) recebe muitas denúncias e esse controle é importante para garantir dignidade a nossa comunidade. Para além disso, a conselheira apela ao secretariado que compõem este conselho que desenvolva ações transversais dentro do Estado, em suas palavras Emanuelle diz que: "... precisamos trabalhar juntos para conseguir fazer com que essas violências sejam mínimas e que consigamos reunir dados para uma melhor atuação". Assim, ela finaliza.

Ramos Oliveira está inscrito e se refere somente a coordenação de saúde LGBT, que reconhece o problema com a transição, uma vez que ainda não foi nomeado nenhum coordenador para o cargo, porém ele gostaria de esclarecer que a coordenação de saúde

LGBT não está parada, que na primeira oportunidade de diálogo com a nova gestão foi posto em pauta a violência e a segurança para com a comunidade LGBTQIA+, onde ele coloca que são pontos principais para esse início de gestão. Ramos esclarece que sua coordenação é composta por ele e Danilo Martins, que no momento não pôde estar presente na reunião do pleno hoje, reitera que eles têm trabalho em conjunto e coloca a disposição para caso alguém queira contribuir com a Coordenação de saúde LGBT do Estado será bem vindo.

A Secretária Patrícia Caetano retoma a fala para comentar as indagações dos(as) conselheiros(as/es) e pergunta se eles teriam condições de lhe dizer quais municípios são estratégicos para implementação de pontos de apoio com o objetivo de interiorizar a política LGBTQIA+ do Estado.

Lucas Lira diz que 11 regionais e cita alguns municípios como Serra Talhada, Caruaru, Goiana, Palmares, Arcoverde, Salgueiro, Petrolina, Garanhuns, Limoeiro, que ele diz serem regionais utilizadas pela política de saúde do estado. Além de colocar os municípios que se recordou, o presidente destaca a importância dessa parceria entre a SDSCJPV e a SES, como ocorreu em Camaragibe na formulação do ambulatório LGBTQIA+ que se tornou também um centro integrado, onde no mesmo espaço é ofertado serviços de saúde e de assistência social. Lira cita ainda a SEE (secretaria de Educação e Esportes) que possui as Gerências Regionais de Educação (GRE's) em todo estado, como sugestão de parceria estratégicas para a implementação das políticas LGBTQIA+.

Ramos Soares pede licença para dizer que a Coordenação Estadual em Saúde LGBTQIA+ também possui alguns equipamentos no interior como Serra Talhada e Passira, que ele explica não serem polos de grande contingente populacional, porém são exemplos que já se interessam pela pauta, acolhendo essas iniciativas.

Marcone Costa questiona se em Serra Talhada o que existe é realmente um ambulatório, ou apenas um Comitê.

Ramos responde que é um ambulatório, que existe um comunicado oficial sobre os ambulatórios existentes em Pernambuco que ele pode estar encaminhando para os companheiros ao final dessa reunião.

Dessa maneira, Patrícia Caetano retoma suas considerações dizendo que sua segunda dúvida é até onde se chegou com a política LGBTQIA+ no estado e em que pé está? Pede desculpas, pois após isso irá precisar se retirar para outra agenda, também já

marcada anteriormente.

Ramos Soares se inscreve e comenta que o Ministério Público do Estado tinha solicitado um acompanhamento dos serviços ofertados para a população LGBTQIA+ pela SES, então sua coordenação emitiu uma nota técnica respondendo esse questionamento e novamente ele sugere em repassar o documento para o pleno, destacando a importância de todos(as/es) conhecerem. O conselheiro também dispõe o compartilhamento da prestação de contas do que foi realizado no ano de 2023 e o planejamento para o ano de 2023.

Roseane Moraes se inscreve e faz destaque a revisão do Plano Estadual de Promoção aos Direitos da População LGBTQIA+ de Pernambuco (2021-2023), que já tinha caducado sem concluir a maioria das ações propostas. A conselheira comenta que esse foi um plano pensado para ser intersetorial, porém fazendo uma breve análise, na sua concepção pessoal, ainda existe uma enorme dificuldade em efetivar essa intersetorialidade, de forma que existem ações pontuais conjuntas entre as secretarias e isso é um avanço considerável. Roseane enfatiza que nos dois últimos anos foram realizadas diversas atividades nesse formato de parceria entre as entidades e cita alguns exemplos para ilustrar seu pensamento, comenta que para ela a intersetorialidade na prática ajuda não só na implementação da política como também no fortalecimento da mesma. A conselheira ainda relembra de uma grande conquista que foi a criação do GT de Segurança - uma parceria significativa com a SDS, Coordenadoria LGBT do Estado, SJDH/CECH, SEE, SES. Nesse núcleo foi possível mapear os casos de violências contra a população LGBTQIA+ do estado e poder observar como estão sendo investigados dando suporte, inclusive, na revisão do preenchimento do boletim de ocorrência, que era uma demanda antiga do movimento.

Lucas Lira complementa que o grande desafio é a criação da política LGBT do Estado, que hoje nós temos o Plano Estadual como marco político que já está chegando ao fim da sua validade. Ele explica que foi proposto ao final de 2022, com o fim da gestão, que as secretarias revisitassem o pleno e elegessem 05 eixos prioritários para procederem a execução, mas que isso também não foi feito.

Jeanne Aguiar fala da construção do GT de Segurança, relembra dos encontros mensais do grupo e que devido a diversas mudanças de servidores, junto a transição do governo, o grupo não tem se reunido mais. Nesse momento, ela informa que estão no aguardo da nomeação do novo(a) coordenador(a) para retomar os trabalhos.

Maria Daniela se inscreve para dizer que não adianta ter política LGBT no estado e não ter orçamento específico garantido, desabafa que Pernambuco continua sendo um dos lugares mais perigosos para ser travesti, que é válido lembrar do antigo plano estadual que não foi cumprido, além desse atual que também caminha para mesma história e encerra sua contribuição.

Ramos Soares se inscreve para complementar a fala da companheira, de que uma das primeiras conversas da Coordenação LGBT de Saúde do Estado com a nova gestão, foi justamente sobre a LGBTfobia institucional que precisa ser enfrentada.

Dando continuidade a reunião, o presidente questiona se os presentes tem mais algo a direcionar para a secretária, o pleno não se manifesta e ele agradece a presença de Patrícia na reunião.

Patrícia Caetano se despede do pleno para cumprir sua outra agenda, deixa claro para os conselheiros(as/es) que esse momento foi importante para sanar algumas dúvidas e que compreende a necessidade de um documento que regulamente a política LGBTQIA+ dentro do estado, apesar de entender que só o documento não é suficiente, mas ele serve como instrumento de estratégias para realizar as ações. Explica que nesse momento está sem nenhuma equipe de gestão e por isso se interessa mais em colaborar com encontros no mês de abril para elaboração que for necessária, que é o possível no momento. Encerra desejando a todos(as/es) uma boa reunião.

Assim, prosseguindo para o próximo ponto de pauta, Lucas Lira passa a palavra para Roseane que fará a contextualização do caso de LGBTfobia que ocorreu no município de Flores-PE, item 03 da pauta.

Roseane Moraes inicia o relato dizendo que o caso chegou para o CECH através de Ricardo, em seguida por Sérgio que compõe a comissão de direitos humanos e diversidade da OAB de Pernambuco. Ela explica que a denúncia chegou sem quaisquer informações sobre a vítima, o possível agressor ou a data do ocorrido, apenas continha uma notícia que já estava circulando na mídia de forma errônea e equivocada. A conselheira prossegue dizendo que após isso, o CECH começou a buscar qualquer informação que pudesse norteá-los a tomar alguma atitude e a primeira informação concreta veio quando Lucas Lira conseguiu o contato de alguém próximo da vítima. Quando o CECH entrou em contato com essa pessoa foi possível identificar o nome, porém a pessoa não morava mais próximo ao rapaz e por isso só tinha conhecimento do que a mídia estava noticiando. Outro problema era o fato de que a mãe do rapaz tem

limitações mentais e só conseguiu dizer que uma delegada esteve em sua residência para falar com ela, então o CECH seguiu investigando. A conselheira informa que houve uma comunicação com CREAS de Flores e aos poucos foi construindo o quadro. Roseane discorre que a vítima chama-se Damião, que vive em situação de alta vulnerabilidade, envolvido com drogas, sobretudo com o álcool e que sua família também encontra-se extremamente vulnerável. Por conta de sua mãe ter questões mentais, ele foi criado pelos avós, atualmente sua avó é falecida e o avô já está numa idade avançada, assim Damião vive na rua. A informação que o CECH conseguiu sobre o crime é de que Damião teria sido atendido no hospital de Flores e encaminhado para a emergência em Serra Talhada devido a gravidade de seus ferimentos, quando questionado, o hospital de Flores disse que só daria informações por meio de ofício e assim o CECH fez. Ao responder o ofício, o hospital tratou o caso como se fosse um quadro comum, relatando que o paciente chegou com muitas dores, com algumas queimaduras nas nádegas, que foi medicado com paracetamol e sobre a denúncia não se manifestaram. A conselheira diz que achou muito estranho o rapaz ser atendido e não ter sido mencionado nada sobre violência na resposta do hospital de Flores, por isso, ela entrou em contato com o hospital Santa Dulce de Serra Talhada que acabou alegando também a necessidade do envio de um ofício, após o envio do documento o hospital Santa Dulce não se manifestou mais e o CECH segue sem respostas até então. Finalmente, depois de todo esse caminho, a conselheira afirma que todas as informações que conseguiu sobre o caso foram passadas extra-oficialmente, que no dia do ocorrido o rapaz estaria com outros 2 homens em frente a casa do seu avô, que todos estariam consumindo álcool e após isso ocorreu a violência. Roseane informa que conseguiu entrar em contato com a delegada do município de Flores, Jéssica Zui Bezerra de Almeida, que por ligação narrou sua versão dos fatos. A delegada contou para Roseane que a violência sofrida não foi motivada por homofobia, nem ao menos o rapaz teria sofrido estupro, como relatado nas mídias, mas sim pelo álcool que os três homens consumiram, ela narra que Damião estava bebendo com esses dois rapazes, que ele veio a dormir e que um deles teria feito uma “brincadeira” de atear fogo em sua calça, o que acabou ferindo Damião. Jéssica Zui de Almeida também informou que foi aberto um inquérito para investigação e está em curso para apuração dos fatos. Em relação ao atendimento nos hospitais, a informação é de que a vítima só teria procurado a emergência após os ferimentos piorarem e ele mesmo teria solicitado a transferência

para o hospital Santa Dulce, que Roseane informa ser um psiquiátrico que trata de dependentes químicos. A delegada esteve no ambulatório e solicitou a transferência de Damião conforme ele pediu, Jéssica ainda contou para Roseane que é a terceira vez que o jovem se interna para tratar de seus vícios. A conselheira enfatiza que houve uma violência contra o jovem, mas que não foi da forma como a mídia noticiou, que o inquérito está aberto e a investigação segue acontecendo. Em paralelo a investigação, a conselheira explica que Damião já foi atendido pelo CREAS em outro momento, por isso o CREAS está também acompanhando esse caso e o CECH está observando o CREAS. Roseane encerra o relato e as inscrições estão abertas.

Jeanne Aguiar sugere uma visita técnica ao município de Flores/PE para apuração do caso de violência imputada a Damião, visto que as informações estão escassas e o CECH ainda não conseguiu fazer a escuta do jovem.

Em complemento a isso, o Presidente do CEDPLGBT, Lucas Lira, encaminha envio de ofício para as secretarias de Saúde; Defesa Social; Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção de Drogas, solicitando transporte para equipe desse conselho ir até o local.

Emanuelle Marques é a primeira inscrita, comenta sua inquietação com esse caso desde que teve conhecimento e agora ouvindo o relato de Roseane diz que tem alguns pontos que são inconclusivos. Ela cita a ênfase no vício do rapaz como sendo algo desnecessário e a política de sempre a vítima ser ignorada, comenta que todos que estavam ao redor de Damião foram procurados e deram suas versões, mas o próprio que é o principal envolvido e interessado, não foi ouvido. A conselheira pontua que um homem gay sofrer queimadura em suas nádegas configura uma intenção muito específica para que o cunho homofóbico simplesmente tenha sido descartado, que essa questão precisa ser investigada com sensibilidade, independente da vulnerabilidade social citada.

Marcone Costa, como próximo inscrito, diz que é importante dialogar com a rede e fazer esse acompanhamento como Roseane citou, mas também é necessário dar subsidio e estrutura a polícia civil que muitas vezes não sabe nem o que é LGBTfobia, que inúmeras delegacias, quando recebem vítimas desse tipo de crime, desacreditam a vítima, questionando e constrangendo a pessoa que precisava de um acolhimento. O conselheiro defende a sugestão de Jeanne e Lucas Lira de ser realizada uma visita técnica ao local para ouvir a vítima e que após a produção de um relatório técnico, a

partir dessa visita, o conselho se reunir e deliberar qual seria o desdobramento dessa violação de direito. Complementa que existe a possibilidade da própria delegada estar seguindo uma normativa que não torna possível perceber a fragilidade desse caso, ou até mesmo que ela desconheça o que configura o crime de LGBTfobia. Marcone ressalta a fala de de Emanuelle dizendo que se fosse um homem heterossexual, mesmo com bebida, mesmo em situação de vulnerabilidade, Damião não seria atacado nas nádegas.

O Presidente questione se o pleno teria mais alguma sugestão de encaminhamento e todos aprovam o envio do ofício às secretarias solicitando a estrutura necessária para conduzir uma equipe composta pelo CECH, Sec. de Saúde, SDS e a SDSCJPVD em visita técnica ao município de Flores. Lucas pede sugestão ao pleno sobre algum conselheiro(a/e) do interior que possa estar fazendo parte dessa comissão e Marcone Costa diz que entrará em contato com a Rede LGBT do Interior, instituição que compõe o conselho, para indicar alguém.

Ramos Soares pede licença ao pleno pois vai precisar se ausentar da reunião, agradece a todos(as/es).

Avançando na discussão da pauta, o presidente pede que Marcone Costa discorra sobre o caso de violência ocorrido em Belém de São Francisco/PE.

Marcone Costa inicia o relato perguntando se o CECH já teria recebido a denúncia, pois o caso ocorreu no carnaval e o rapaz teria ido direto para a capital.

Roseane responde que o CECH ainda não recebeu nada sobre esse caso.

Marcone prossegue o relato dizendo que o rapaz teria sido muito espancado em um bloco de rua, no carnaval de Belém de São Francisco e que foi encaminhado para Recife para receber atendimento médico devido a gravidade das agressões.

Rivânia Rodrigues também traz o relato de outra violência ocorrida em Ferreiros/PE, que o movimento LGBT da Paraíba a procuraram para pedir apoio e que ela encaminhou o caso para o CECH que já está fazendo todo acompanhamento. A conselheira traz que compreende que o CECH é um espaço de orientação e que a vítima precisa de um advogado, precisa de demais tipos de assistências, que o CECH não dispõe no momento.

Lucas Lira traz o informe do fechamento da Casa Livre de Redução de Danos e pede que a RENFA discorra sobre a situação.

Emanuelle Marques informa que a Casa Livre de Redução de Danos é uma proposta da

Escola Livre, que a RENFA participa enquanto movimento social. A casa existe para fazer o acolhimento de dependentes químicos e população em situação de rua. A conselheira prossegue pontuando alguns atendimentos que a Casa oferece, como lavagem de roupas dos usuários, alimentação, acolhimento psicológico, entre outros cuidados. Ela conta que essa casa foi alvo de acusação de apologia ao uso de substâncias ilegais, devido a entrega de um kit que continha alguns objetos. Devido a essa afirmação, Emanuelle relata que a Casa também sofreu uma pesada abordagem da polícia que fechou o local e conduziu uma das colaboradoras da RENFA para a delegacia acusando-a de fazer essa apologia. Emanuelle encerra seu informe.

Como encaminhamento do caso, Emanuelle solicita uma Carta de Solidariedade partindo do conselho, endereçada a RENFA e a Escola Livre, além do repúdio para com a ação truculenta da polícia.

Lucas Lira diz que uma nota de repúdio acabaria sendo um pouco tarde e sugere uma Carta de Apoio às instituições, pede que a conselheira redija uma minuta fazendo o relato da importância da política de redução de danos. O presidente questiona o pleno se aprovam essa deliberação e todos aprovam.

Partindo para o último ponto de pauta, a respeito da matéria LGBTfóbica sobre promiscuidade gay no carnaval de Olinda, Lucas Lira comenta que uma comissão composta por três advogados fará uma representação no conselho de ética da OAB, já que a polêmica envolvia um advogado. Dessa forma, o presidente questiona o pleno se o encaminhamento correto seria publicar uma nota de repúdio, ou aguardar essa representação, ou envia um ofício para essa comissão solicitando informações.

O pleno delibera que seja enviado um ofício para a OAB fazendo a denúncia para a comissão da diversidade.

Rivânia Rodrigues informa que instituições do movimento social estão redigindo uma carta para enviar para a Comissão da Diversidade da OAB.

O presidente encaminha a reunião para os informes, ele inicia informando que foi junto com Antônio Moura (SETEQ), fazer uma visita ao Complexo do Curado, fizeram uma escuta junto ao ministério público às pessoas privadas de liberdade e visitaram o pavilhão que está em construção. Lucas explica que a ideia é redesenhar o complexo, pretendem fazer uma estrutura parecido com as dos presídios norte-americanos. O conselheiro comenta que foram acompanhados por uma defensora pública de Olinda que é responsável por todos os casos do local, estima-se que são mais de 2.000 pessoas

que ocupam o espaço inteiro, que eles passaram as demandas e ela foi solícita. Ele afirma que no dia anterior a visita uma pessoa LGBT teria sido posta em liberdade provisória. No que pese o tratamento de saúde, não houve nenhuma queixa, foi relatado que recebem preservativos e lubrificantes, que sobre os hormônios foi feita uma solicitação para disponibilização.

Lucas informa ainda que foi empossada uma nova gestão no conselho LGBT de Paudalho, aproveita para solicitar o envio de ofício pedindo para as secretarias de estado atualizarem suas representações neste conselho.

O presidente sugere ao pleno também a reativação das comissões de violação de direitos e acompanhamento do plano do Estado, Rivânia Rodrigues, Emanuelle Marques, Maria Daniela e Roseane Moraes se voluntariam para participar da comissão de violação de direitos, Marcone Costa permanece, Jeanne Aguiar se voluntaria para participar. Lucas Lira questiona se mais alguém deseja acompanhar essa comissão e parte para a formação da comissão de acompanhamento do plano, ele mesmo se voluntaria para participar, Brenno Gomes, Caia Maria, Yolanda Corrêa, Roseane Moraes e Patrícia. O pleno aprova essa composição.

Emanuelle Marques informa que recebeu ofício de denúncia da NATRAPE em relação ao presídio de Itamaracá e não ao Complexo do Curado, que irá procurar de onde partiu esse erro para correção. A denúncia dizia que nesse presídio pessoas trans/travestis e não binárias não são permitidas se vestirem de acordo com a sua identidade de gênero.

Joana Melo informa que chegou para a SEE uma denúncia sobre uma escola que estava cometendo transfobia contra um aluno, a secretaria foi atrás e tinha dado o caso como resolvido, porém Samantha da NATRAPE voltou a procurar a secretaria questionando a permanência da professora que cometeu o crime na escola, a partir disso ocorreu uma reunião com a superior de Joana e por hora o caso está sendo tratado como resolvido. O intuito do informe é alertar o movimento para novos desdobramentos.

Assim, o Presidente do CEDPLGBT agradece a todos(as/es) a participação e encerra a reunião.

ENCAMINHAMENTOS

- Lucas Lira deixa como encaminhamento, agendar reunião administrativa com a Secretária Executiva de Promoção à Equidade Social, Patrícia Caetano, a fim de discutir as prioridades administrativas do conselho para minimamente possibilitar

operacionalização da política LGBTQIA+.

- Jeanne Aguiar sugere uma visita técnica ao município de Flores/PE para apuração do caso de violência imputada a Damião, visto que as informações estão escassas e o CECH ainda não conseguiu fazer a escuta do jovem. Em complemento a isso, o Presidente do CEDPLGBT, Lucas Lira, encaminha envio de ofício para as secretarias de Saúde; Segurança; Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção de Drogas, solicitando transporte para equipe desse conselho ir até o local.
- Emanuelle solicita uma Nota de Solidariedade partindo do conselho, endereçada a RENFA e a Escola Livre.
- O pleno delibera que seja enviado um ofício para a OAB fazendo a denúncia para a comissão da diversidade sobre a matéria LGBTfóbica retratando “promiscuidade gay” no carnaval de Olinda.
- Lucas Lira solicita o envio de ofício pedindo para as secretarias de estado atualizarem suas representações neste conselho.

INFORMES

- Emanuelle Marques informa que a Casa Livre de Redução de Danos é uma proposta da Escola Livre, que a RENFA participa enquanto movimento social. A casa existe para fazer o acolhimento de dependentes químicos e população em situação de rua. A conselheira prossegue pontuando alguns atendimentos que a Casa oferece, como lavagem de roupas dos usuários, alimentação, acolhimento psicológico, entre outros cuidados. Ela conta que essa casa foi alvo de acusação de apologia ao uso de substâncias ilegais, devido a entrega de um kit que continha alguns objetos. Devido a essa afirmação, Emanuelle relata que a Casa também sofreu uma pesada abordagem da polícia que fechou o local e conduziu uma das colaboradoras da RENFA para a delegacia acusando-a de fazer essa apologia.

- Rivânia Rodrigues informa que instituições do movimento social estão redigindo uma carta para enviar para a Comissão da Diversidade da OAB sobre a matéria LGBTfóbica retratando “promiscuidade gay” no carnaval de Olinda.
- Lucas Lira informa que foi junto com Antônio Moura (SETEQ), fazer uma visita ao Complexo do Curado, fizeram uma escuta junto ao ministério público às pessoas privadas de liberdade e visitaram o pavilhão que está em construção. Lucas explica que a ideia é redesenhar o complexo, pretendem fazer uma estrutura parecido com as dos presídios norte-americanos. O conselheiro comenta que foram acompanhados por uma defensora pública de Olinda que é responsável por todos os casos do local, estima-se que são mais de 2.000 pessoas que ocupam o espaço inteiro, que eles passaram as demandas e ela foi solícita. Ele afirma que no dia anterior a visita uma pessoa LGBT teria sido posta em liberdade provisória. No que pese o tratamento de saúde, não houve nenhuma queixa, foi relatado que recebem preservativos e lubrificantes, que sobre os hormônios foi feita uma solicitação para disponibilização.
- Lucas informa ainda que foi empossada uma nova gestão no conselho LGBT de Paudalho.
- Emanuelle Marques informa que recebeu ofício de denúncia da NATRAPE em relação ao presídio de Itamaracá e não ao Complexo do Curado que irá procurar de onde partiu esse erro para correção. A denúncia dizia que nesse presídio pessoas trans/travestis e não binárias não são permitidas se vestirem de acordo com a sua identidade de gênero.
- Joana Melo informa que chegou para a SEE uma denúncia sobre uma escola que estava cometendo transfobia contra um aluno, a secretaria foi atrás e tinha dado o caso como resolvido, porém Samantha da NATRAPE voltou a procurar a secretaria questionando a permanência da professora que cometeu o crime na escola, a partir disso ocorreu uma reunião com a superior de Joana e por hora o caso está sendo tratado como resolvido.

Diante disso, nada tendo mais a acrescentar, a Secretária Executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.

Recife, 01 de Março de 2023.

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

Secretaria de Segmentos Sociais